O AMAPÁ

MACAPÁ/AP - 03 a 05 de Agosto de 2024, ANO: XIX | EDIÇÃO: 1826 | FUND

www.jornaloamapa.com jornaloamapa jornaloam

REFORÇAR A ISENÇÃO



Foto: Clauriana Costa

Página 06

Presidente do TRE Amapá, desembargador João Lages, disse durante entrevista coletiva que irá se afastar do cargo até a proclamação dos resultados do Pleito de 2024. A intenção é manter a isenção e a imparcialidade da Justiça Eleitoral durante o pleito



Foto: Divulgação

Página 08

APROVADO A RETOMADA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS



Foto: Ascom/Sebrae

Página 03

AUDIÊNCIA DISCUTE ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL



Foto: Secom\GEA

Página 02

FOI DADO INÍCIO AO AGOSTO LILÁS COM BLITES EDUCATIVA

BANCOS VERMELHOS: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Página 04



Página 05

ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE MACAPÁ

AFOGAMENTO INFANTIL TEM DATA NACIONAL COMO PREVENÇÃO

Página 07



Foto: Secom\PMM

Página 03

INSTITUTO MACAPAENSE DE PEDIATRIA AVANÇA NO ATENDIMENTO

Ligue: 9699115-9464 Denúncias e Pautas | 9698111-4280 Comercial | 963222-1743 Redação | 969164-9008 Informações

ACESSE NOSSO SITE



INICIOU A CAMPANHA AGOSTO LILÁS
COM BLITES EDUCATIVA



Ação alerta sobre como identificar casos, além de canais para denúncias. Blitz ocorreu na Rodovia Josmar Chaves Pinto
Texto: Amelline de Queiroz | Foto: Secom/GEA

No mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, o Governo do Amapá iniciou a campanha Agosto Lilás. As atividades começaram na quinta-feira, 1º, com uma blites educativa para alertar a população sobre o tema.

A iniciativa ocorreu na Rodovia Josmar Chaves Pinto (AP-010), na Zona Sul de Macapá, e trouxe como mensagem "O Silêncio Pode te Calar Para Sempre". Durante a ação, diversas pessoas foram orientadas sobre como proceder ao identificar casos de violência.

A gerente da Rede de Atendimento à Mulher (RAM) da Secretaria de Estado de Políticas Para as Mulheres, Larissa Rocha, destacou que a ação também focou em temas sensíveis e necessários, como a importância de pedir ajuda e locais para denunciar. "Estamos distribuindo panfletos que trazem informações sobre atos que englobam a violência e números de contato para denúncias. É imprescindível saber que existem órgãos que fornecem ajuda para esses tipos de casos, e precisamos levar essas informações ao maior número de pessoas", explicou.

Entre os alcançados pela ação, está o aposentado Edivaldo Ferreira, de 58 anos. Casado e pai de uma filha, ressaltou como a campanha é importante para alertar a população sobre os casos de violência contra a mulher. "Todas precisam ser respeitadas, e os homens devem aprender a ter consciência e maturidade para lidar com as situações, pois agressões físicas, verbais e de todos os tipos são consideradas crimes. As mulheres não devem se calar".

EXPEDIENTE



CNPJ: **22.209.187/0001-70**
Av. **Feliciano Coelho, nº 1630**
Bairro: **Trem | Macapá-AP**
Cep: **68.901-025**

www.jornaloamapa.com
oamapa@hotmail.com

> EDITOR GERAL Jorge Cesar
> DIAGRAMADOR Wellington Maximus
> JURÍDICO Dr. Ricardo Santos

Colaboradores: Bruno de Tarso/ Carol Lopes/ Profº Marcão/ Paulo Tarso/ Tica/ Prª Samara Matos/ José Pastana/ Keila Góes e Eline Moraes (**Os mesmos são responsáveis pelo conteúdo de suas colunas**)

RODADAS DE NEGÓCIO EM OIAPOQUE

PARCERIAS ESTRATÉGICAS



Proposta dessa iniciativa é trabalhar rodadas internacionais entre o Amapá e a Guiana Francesa

Texto: Denyse Quintas / Foto: Ascom/Sebrae

A Rodada de Negócio Internacional entre empresários do Amapá e Guiana Francesa, ocorre na Feira Binacional de Oiapoque, na Sala de Conexão, em três momentos, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, e uma Rodada de Negócio Nacional, entre empresários de Macapá e Oiapoque, na sexta (2).

Segundo a gerente da Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Sebrae (UPPDT), Célia Cardoso, a rodada de negócio é uma estratégia que oferece um momento propício para negociações comerciais, estabelecimento de parcerias estratégicas e expansão de redes de contato.

"Em visita institucional à Guiana Francesa, identificamos diversas demandas que podem ser atendidas pelos empreendedores do nosso Estado e portanto, aplicamos a metodologia, pela primeira vez, criando um ambiente ideal para que os participantes pudessem fechar negócios, identificar novos fornecedores, exportar para novos mercados ou fazer networking com objetivo de expandir suas operações comerciais", informou Célia Cardoso.

SERVIÇO DE SAÚDE ÀS CRIANÇAS

Mais uma jornada de cursos gratuitos à comunidade promovidos pelo acordo de cooperação firmado entre o Ministério Público do Amapá (MPAP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/AP) iniciou em Pedra Branca do Amapari. A parceria, iniciada em 2016 e renovada desde então, tem por objetivo qualificar pessoas que moram em municípios distantes da área metropolitana do Estado, promovendo, assim, a inclusão social e cidadania, com vistas à inserção no mercado de trabalho.

A promotora de justiça e titular da Promotoria de Pedra Branca, Carolina Oliveira, o diretor pedagógico do Senac/AP, Vítor Luiz Barreto, e o assessor técnico da Procuradoria-Geral de Justiça, José Villas Boas, fizeram a abertura oficial, no auditório da unidade ministerial.

Vítor Luiz Barreto enfatizou a importância do enriquecimento curricular para a obtenção de boas oportunidades de emprego. Reforçou ainda sobre o compromisso de concluírem o curso, sem que se desperdicem os investimentos realizados pelas instituições parceiras. Ele enfatizou a importância do enriquecimento curricular para a obtenção de boas oportunidades de emprego.



Instituto Macapaense de Pediatria avança no atendimento

Texto e Foto: Secom/PMM

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL

PROPOSTA APRESENTADA



Evento contou com a presença de representantes da sociedade civil e órgãos públicos, entre eles, o Ministério Público

Texto: Mariléia Maciel / Foto: Ascom/MPAP

O debate sobre a proposta apresentada pelo Governo do Estado do Amapá (GEA) para atualização do Código Ambiental aconteceu na Assembleia Legislativa (Alap), com a presença de representantes da sociedade civil e órgãos públicos, entre eles, o Ministério Público do Amapá (MPAP), representado pelo promotor de justiça do Meio Ambiente, Marcelo Moreira. A apresentação e discussão da proposta iniciou pelo eixo sul, no município de Laranjal do Jari, a segunda audiência pública ocorreu no eixo norte, em Amapá, e a terceira e última, em Macapá.

O objetivo do Governo do Amapá é ouvir moradores, técnicos, ambientalistas e autoridades de todos os municípios, para esclarecer dúvidas, apresentação de sugestões com base nas peculiaridades regionais para a reformulação do Código, que foi instituído há 30 anos atrás. O professor Doutor da Universidade Federal do Amazonas e procurador de justiça aposentado, José Roque Nunes Marques, é o consultor ambiental contratado para elaboração da proposta.

Para o consultor, a modernização é necessária porque a legislação está ultrapassada e precisa acompanhar a realidade ambiental, incluindo a realidade de comunidades tradicionais. Ele explicou que, para a formulação da proposta, foi realizado um levantamento de mais de 260 normas ambientais. A participação da sociedade é importante.

BANCOS VERMELHOS: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.942, de 2024, que prevê a instalação de bancos vermelhos, em espaços públicos, com mensagens de reflexão sobre a violência contra a mulher e contatos para denúncia e suporte a vítimas — como o número de telefone da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

A nova lei prevê a inclusão do Projeto Banco Vermelho no âmbito da campanha Agosto Lilás, mês voltado para a divulgação de medidas de proteção à mulher e campanhas de combate à violência de gênero.

Além dessa inclusão, o texto explicita que a campanha Agosto Lilás também inclui ações de conscientização em escolas, universidades, aeroportos e outros lugares de grande circulação de pessoas; e a premiação de projetos relacionados à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE MACAPÁ

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS



Coordenador Lucas Vinícius disse que mobilidade não é apenas o trânsito, contempla transporte, pedestre, idoso e cadeirante
Texto: Jorge Cesar / Foto: Jorge Cesar e Ana Júlia\CTMac

Está na fase final a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Macapá (PlanMob), que possui diretrizes estratégicas referentes ao transporte ativo, transporte de caga e hierarquia viária, contemplando todo esse meio de forma orgânica para que a cidade tenha mais fluidez.

A Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá (CTMac) realizou, na manhã de sexta-feira (2), na Câmara Municipal de Macapá (CMM), a última audiência pública sobre o assunto. O evento contou com a participação do coordenador do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Macapá da CTMac, Lucas Martins; técnicos da EGL (engenheiros Cláudio Leite e Marina Soriano) e representantes da sociedade civil organizada.

É a primeira vez que está sendo feito um plano de mobilidade urbana de Macapá, apenas o Plano Diretor havia sido realizado. Esta é a 4ª fase do PlanMob visando a elaboração de um documento estratégico que orientará o desenvolvimento, a gestão do transporte e a circulação das pessoas nas áreas urbanas.

Lucas Vinícius Martins disse que depois que o Plano de Mobilidade tiver sido votado na CMM, se tornado lei e implantado, o que a prefeitura fizer terá que seguir as diretrizes. “No sentido de ter calçada acessível para os munícipes, por exemplo, pois a mobilidade não é somente o trânsito, é também o transporte ativo, que é o pedestre, é o cadeirante, é o idoso, é a pessoa com a mobilidade reduzida. Isso é a democratização da cidade”.

Só recentemente a prefeitura ganhou na Justiça a gerência do sistema de bilhetagem eletrônica. Com essa vitória, o controle será melhor com o centro de comando de operações na CTMac. O munícipe vai poder saber que horas vai passar o ônibus próximo da sua casa. Esses dados serão repassados para os aplicativos que vão ser disponibilizados à população para que veja o horário certinho do ônibus, se ele está chegando, se está distante, enfim, como se fosse Uber.

O transporte fluvial entre os distritos também é citado no PlanMob porque é uma parte muito importante para a sociedade e movimenta a economia.

Elaboração do PlanMob

Ocorreram reuniões e oficinas com participação de representantes de entidades. Em oficinas temáticas, foram discutidas questões sobre pedestres; ciclistas; transporte público; segurança viária; transporte fluvial; transporte de carga e hierarquia viária para melhoria da mobilidade urbana.

JOÃO LAGES SE AFASTA DO TRE AMAPÁ

ISENÇÃO DO PLEITO 2024



Motivo do afastamento de João Lages foi o fato do nome de sua esposa ter sido aprovado em convenção partidária

Texto: Jorge Cesar / Foto: Clauriana Costa

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amapá, desembargador João Lages, disse durante entrevista coletiva à imprensa na sexta-feira (2), que irá se afastar do cargo até a proclamação dos resultados do Pleito de 2024. A intenção é a de reforçar a isenção e a imparcialidade da Justiça Eleitoral durante o pleito.

O motivo do afastamento de João Lages foi o fato do nome de sua esposa ter sido aprovado em convenção partidária. "A Lei Eleitoral prevê que: quando um parente ou cônjuge de um magistrado eleitoral se habilita no processo, o magistrado deve se afastar. Embora a jurisprudência do TSE tenha precedentes de que esse afastamento deve ocorrer apenas no processo em que o parente arguir, para não haver dúvidas da nossa isenção eu entendo que é importante o afastamento", explicou.

Posteriormente, João Lages tratou do perfil do eleitorado amapaense. O Cadastro Eleitoral 2024 trouxe uma série de informações sobre o eleitorado amapaense, que esse ano terá 158.887.920 eleitores, sendo que na última eleição (2022) esse número era de 156.454.011 eleitores. Aumento de 20.708 (3,76%) novos eleitores em 2024.

No eleitorado por gênero as mulheres são 291.166 mil (50,96 % do eleitorado) e os homens 280.228 mil (49,04 % do eleitorado). No grau de instrução foi apontado o número de eleitores com ensino médio completo: 160.105 (28,02%); ensino médio incompleto: 122.365 (21,42%); ensino fundamental incompleto: 118.292 (20,7%); superior completo: 55.983 (9,8%); superior incompleto: 38.731 (6,78%); ensino fundamental completo: 31.250 (5,47%); lê e escreve: 26.649 (4,66%) e analfabeto: 18.020 (3,15%).

O Cadastro Eleitoral aponta o quantitativo de pessoas com deficiência: 5.268 eleitores registraram a existência de um ou mais tipos de deficiência; deficientes auditivos: 628 eleitores (10,64%); deficientes visuais: 1.253 (21,23%); eleitores com deficiência de locomoção: 1.323 pessoas (22,42%); 2.680 pessoas declararam outros tipos de deficiência (45,41%).

Em eleitores por município, o cadastro identificou o seguinte: Macapá: 310.860; Santana: 84.962 Laranjal do Jari: 29.240; Oiapoque: 24.129; Mazagão: 21.944; Porto Grande: 15.846; Tartarugalzinho: 11.612; Pedra Branca do Amapari: 11.087; Vitória do Jari: 10.747; Itaubal: 9.913; Calçoene: 9.195; Ferreira Gomes: 8.292; Amapá:7.758; Cutias: 6.940; Serra do Navio: 4.560 e Pracuúba: 4.310.

PREVENÇÃO AO AFOGAMENTO INFANTIL

LEI CRIA DIA NACIONAL



Propósito da lei é conscientizar a população sobre os perigos enfrentados pelas crianças em relação aos afogamentos
Texto: Agência Senado / Foto: Divulgação

Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), 1.480 crianças morreram afogadas no Brasil em 2019. O número alarmante foi uma das justificativas para que um projeto apresentado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO) fosse transformado na lei que estabelece 14 de abril como o Dia Nacional de Prevenção ao Afogamento Infantil.

A norma que cria a data (Lei 14.936, de 2024) foi publicada no Diário Oficial da União no dia 29 de julho. O projeto que deu origem a essa lei foi o PL 3.561/2023.

O dia 14 de abril foi escolhido por Eduardo Gomes em homenagem a Susan Delgado, criança de dois anos de idade que se afogou em uma piscina nessa data. "A escolha dessa data para celebrar essa importante causa tem o propósito de conscientizar a população sobre os perigos enfrentados pelas crianças em relação aos afogamentos e, ao mesmo tempo, honrar a memória de Susan Delgado, que infelizmente, tornou-se vítima dessa ocorrência trágica".

Foi citado que uma pequena distração é suficiente para a morte de uma criança. Também lembrou que no Brasil esse problema causa maior preocupação devido ao grande número de rios, praias e piscinas existentes.

Das quase 1.500 mortes ocorridas em 2019, 59% ocorreram em piscinas ou equipamentos similares localizados em residências. Um estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa) apontou que o afogamento é a segunda causa de morte no país entre as crianças de 1 a 4 anos; a terceira, entre crianças de 5 a 14 anos; e a quarta, entre jovens de 15 a 24 anos.

"A despeito da magnitude da questão, ainda não existem ações de governo especificamente voltadas para combater esse silencioso e letal problema de saúde pública", lamentou Eduardo Gomes.

A iniciativa menciona dez cuidados para a prevenção do afogamento infantil: Supervisão ininterrupta dos pais ou responsáveis enquanto as crianças estiverem na água; Dificultar o acesso à água com cercas, portões de fechamento automático, câmeras e alarmes; Se possível, ensinar natação às crianças desde bebês; Não usar celular enquanto estiver com os filhos na água; Optar por bóias de vestir em vez das infláveis; Instalar ralos anti-sucção na piscina; Não colocar uma criança para vigiar outra; Nada substitui a supervisão ininterrupta dos responsáveis; Havendo piscina e crianças em casa, todos os adultos responsáveis devem fazer o curso de primeiros socorros.

NOVO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS

CÂMARA APROVOU RETOMADA



Principais medidas da lei do SPVAT são: o seguro cobrirá indenizações por morte no trânsito e por invalidez permanente

Texto: Redação/ Foto: Divulgação

Em uma decisão que promete impactar diretamente os proprietários de veículos em todo o país, a Câmara dos Deputados aprovou, no primeiro semestre de 2024, o retorno do seguro obrigatório de veículos por meio do Projeto de Lei Complementar (PLP) 233/23. Convertido na Lei Complementar 207/24, a nova legislação estabelece a cobrança do seguro a partir de 2025.

A redação aprovada foi o substitutivo do relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), à proposta enviada pelo Poder Executivo. O texto instituiu o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), que entrou no lugar do DPVAT, extinto em 2020 durante o governo de Jair Bolsonaro.

A Caixa Econômica cuidará da gestão do fundo formado a partir dos valores pagos pelos proprietários de veículos e pagará as indenizações. Desde 2021, o banco já operava de forma emergencial o seguro após a dissolução do consórcio de seguradoras privadas que administrava o DPVAT.

O governo alegou que a volta da cobrança foi necessária porque os recursos do antigo DPVAT disponíveis para a continuidade do pagamento das indenizações não eram capazes de suportar mais um ano.

As principais medidas da lei do SPVAT são: o seguro cobrirá indenizações por morte no trânsito e por invalidez permanente; também reembolsará despesas com assistência médica, serviços funerários e reabilitação profissional de vítimas; pessoas cobertas por seguros ou planos privados de saúde não terão direito ao SPVAT; o pagamento da indenização ou reembolso será efetuado mediante simples prova do acidente ou do dano, independentemente de quem foi o culpado; o valor será devido ainda que no acidente estejam envolvidos veículos não identificados ou inadimplentes com o seguro; e a indenização será paga no prazo de até 30 dias, contados do recebimento pela Caixa.

O texto direciona entre 35% e 40% do valor arrecadado com o prêmio do seguro para os municípios e estados onde houver serviço de transporte público coletivo.

Lula vetou dois trechos da nova lei que classificavam o não pagamento do seguro dentro do prazo estipulado como infração ;grave, com multa de R$ 195,23. Justificou que a penalidade é desnecessária, pois a própria lei já prevê a obrigatoriedade de quitação do SPVAT para fins de licenciamento anual, transferência e baixa de veículo no Detran. O veto será submetido à votação pelo Congresso Nacional.

Publicações & Editais

Obtenção de Licença Ambiental de Operação - Estação de Tratamento de Água do empreendimento Palácio das Águas Home Resort - Macapá - AP

SPE São Gonçalo Empreendimento Imobiliário LTDA, CNPJ: 18.003.025/0002-95, torna público a emissão pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA) da Licença Ambiental de Operação Nº. 031/2024 referente às atividades de captação, tratamento e distribuição de água da Estação de Tratamento de Água (ETA) do empreendimento Palácio das Águas Home Resort, localizada no endereço BR 156, KM 09, GRANJA SÃO JORGE - MACAPÁ/AP.

Vide processo administrativo Nº 0037.0285.2002.0083/2023 – RDD/SEMA.

Profº. Marco Antônio
Contato: (96) 98809-8621 | email: profeshowmarco@gmail.com



www.jornaloamapa.com
Prof Marco Antonio Melo
 @antonioprofmarco |  Marcoantonio |  @ProfMarcoAntni1
JORNAL O AMAPÁ

PASTOR WALLACY PORTILHO CORREA: PRESIDENTE DA CATEDRAL DO ARREBATAMENTO DE SANTANA

Uma vida intensa, voltada para o reino de Deus. Agenda lotada, igreja lotada. O presidente da Catedral do Arrebatamento, igreja profética que fica localizada no Paraíso, em Santana – Wallacy é de origem humilde, um escolhido para liderar, abençoar e interceder pelas pessoas.

Morando em Santana há 30 anos, apaixonado pelo município – vive a palavra de Deus – viaja pelo Brasil levando as boas novas, impactando homens e mulheres.

Bacharel em Teologia, professor; Presidente da convenção CIPAFE no Amapá, empreendedor, pregador do evangelho, um profeta nessa geração que aceitou mais um desafio de ser Pré-candidato a vereador pelo município de Santana. Um homem de ação, que por conta disso incomoda algumas pessoas, mas que servem para ele de incentivo, pois gosta de superação, de vencer desafios: “Quem não faz acontecer vê o que está acontecendo”, acrescenta.

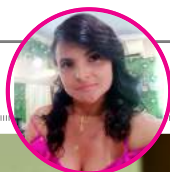
Pastor Wallacy é uma pessoa muito querida, respeitada e além de uma conduta ética e transbordante sempre está a disposição daqueles que precisam. Boa caminhada em seus novos passos pastor!!











MACAPÁ-AP
03 a 05 de Agosto de 2024

By: Eufrázio Carol Lopes

www.jornaloamapa.com

JORNAL O AMAPÁ



DRA MARIANA ABREU



Abertura agenda da Escola de Advocacia OAB Amapá | Foto: Maycon Abreu



DRA STEPHANNIE SILVA



Dr OZEAS NUNES e as Doutoras AURILENE BRITO e LÍVIA LAYSA



DRA LUCIDEA PORTAL



Doutoras WILLIANE FAVACHO e CONCEIÇÃO VASCONCELOS



Presidente da Comissão Especial de Jovem Advocacia Dr. CAIO CESAR